

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO Nº 2022/09.29.001-AJUR/PMOP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9/2022-00021 - CPL/PMOP

ÓRGÃO CONSULTOR: Comissão Permanente de Licitação.

ASSUNTO: Análise e emissão de parecer jurídico sobre processo licitatório de REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA , PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE APOIO PEDAGÓGICO, DIRECIONADOS ÀS PROVAS DO SAEB, DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE MATEMÁTICA (PARA OS ALUNOS DOS 2º, 4º, 5º, 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL), JUNTAMENTE COM A IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE REALIDADE AUMENTADA (ONLINE E OFFLINE), OBJETIVANDO SUPRIR A DEMANDA DE NOVAS FERRAMENTAS EDUCACIONAIS DO MEIO RURAL E URBANO. ALÉM DISSO, DEVERÁ CONTAR COM PLATAFORMA DIGITAL, QUE DISPONIBILIZARÁ A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PRESENCIAL OU REMOTO, REALIZADOS PELOS AUTORES DA OBRA CONTRATADA, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

EMENTA: PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE LIVROS DE APOIO PEDAGÓGICO. REGISTRO DE PREÇO. MENOR PREÇO POR ITEM. ANÁLISE JURÍDICA DE FASE INTERNA E DA MINUTA DO EDITAL. ART. 38 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CONFORMIDADE. PUBLICAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Vieram os autos do processo em epígrafe para análise desta assessoria jurídica sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA , PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE APOIO PEDAGÓGICO, DIRECIONADOS ÀS PROVAS DO SAEB, DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE MATEMÁTICA (PARA OS ALUNOS DOS 2º, 4º, 5º, 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL), JUNTAMENTE COM A IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE REALIDADE AUMENTADA (ONLINE E OFFLINE), OBJETIVANDO SUPRIR A DEMANDA DE NOVAS FERRAMENTAS EDUCACIONAIS DO MEIO RURAL E URBANO. ALÉM DISSO, DEVERÁ CONTAR COM PLATAFORMA DIGITAL, QUE DISPONIBILIZARÁ A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PRESENCIAL OU REMOTO,

REALIZADOS PELOS AUTORES DA OBRA CONTRATADA, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Foi realizada a solicitação de abertura de procedimento licitatório pela autoridade competente, onde foi anexado junto o Termo de Referência para a Contratação sob a qual o processo está embasado, justificando os motivos para sua realização, dentre outros. Foi também juntado um parecer técnico pedagógico 001/2022.

Em despacho, a Prefeita Municipal autorizou a continuidade do procedimento, solicitando a cotação de preços e Mapa comparativo.

Juntou-se pelo chefe do setor de compras, 03 (três) cotação de preços e mapa comparativo.

Em despacho, a Prefeita Municipal autorizou a abertura do presente processo.

O processo foi autuado, com a numeração das páginas, juntamente com a composição da CPL, contendo carimbo do órgão e visto do responsável.

Por último, foi feito o despacho para avaliação jurídica de fase interna e análise de minuta do Edital.

É o que basta relatar. Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/19.

No mérito, infere-se que a modalidade de licitação denominada Pregão se adéqua a espécie, visto que é a modalidade licitatória utilizada para as aquisições ou contratações de

bens e serviços comuns, estes, cujos padrões desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, o que de fato se observa na modalidade escolhida.

O artigo 1º do Decreto nº 10.024/19 regulamenta que o pregão na modalidade Eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Desta feita, a modalidade escolhida se amolda ao Princípio da Legalidade, do Decreto Federal nº 10.024/2019, tendo em vista que os serviços a serem licitados enquadram-se no conceito de aquisição de bens. Assim, resta claro que estão presentes a legalidade para que o procedimento seja realizado na modalidade Pregão na forma Eletrônico.

Após a análise da modalidade licitatória escolhida devemos observar o art. 3 da lei do pregão, vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos

para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

Deve-se também, ser observado na fase preparatória da Licitação na modalidade pregão eletrônico, os pressupostos trazidos no Artigo 8º do Decreto 10.024/2019, senão vejamos:

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:


I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;



- VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos;
- VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso.

Em análise das documentações acostadas ao procedimento administrativo em questão, verifica-se que a priori encontram-se atendidas tais exigências. Ou seja, diante do já destacado anteriormente, a melhor técnica jurídica orienta pela possibilidade da realização do Pregão na forma eletrônica.

Observamos ainda, que a minuta de edital encartado aos autos atende ao que determina o art. 40 da Lei nº 8.666/93, trazendo no seu preâmbulo o número de ordem, a sua modalidade, o tipo de licitação, bem como a menção de que o procedimento será regido pela Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 (benefícios e diferenciado tratamento às Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e Decreto nº 10.024/2019. Além, é claro, do local, dia e horário para realização do certame.

Não obstante, constam ainda: o objeto da licitação; os prazos e condições para assinatura de contrato; as sanções para o caso de inadimplemento; as condições de participação das empresas e a forma de apresentação das propostas; os critérios de julgamento; formas de contato com a Comissão Permanente de Licitação - CPL para esclarecimento, protocolo de impugnações e recursos administrativos; condições de pagamento, critério de aceitabilidade das propostas de preço; critérios de reajustes; e, relação dos documentos necessários a habilitação e a minuta do contrato, satisfazendo também o

previsto no Art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.

Pois bem, diante do que consta dos autos estão presentes os requisitos necessários ensejadores do prosseguimento do processo licitatório em apreço, dando o mais amplo acesso aos interessados à disputa pela contratação presente, portanto, o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratados, sempre em busca da melhor oferta para a Administração.

Assim, alertamos ainda que deve ser providenciada a publicação do aviso do edital na imprensa oficial, jornal de grande circulação no Estado, e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação, além do átrio na Prefeitura Municipal, em virtude da ausência de Imprensa Oficial no município, em prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis anteriores a data marcada para a o início da Sessão Pública, bem como a inserção dos arquivos no Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) e disponibilização do edital no sistema de compras Governamentais onde pretende-se realizar a licitação na forma eletrônica.

Desta feita o procedimento licitatório ora em análise está embasado nos artigos da lei de regência, estando assim dentro dos limites da legalidade.

Nos demais aspectos, examinada a referida minuta do edital e do contrato nos presentes autos, devidamente rubricadas, bem como documentação presente aos autos, entendemos que guardam regularidade com o disposto nas Leis Federais nº 8666/93, pela

Lei nº 10.520/02, Decreto 5.450/05 e pelos Decretos 7.892/13 e 8.250/14, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, estando o processo em consonância com as regras contidas nas normas de regência, **opinamos pelo seu prosseguimento**, remetendo-se os autos para a autoridade competente para que, após parecer do Controle Interno deste Município, proceda com a publicação do aviso da publicação, nos termos da lei, já citados anteriormente.

Cumprе salientar que a referida análise se limita aos aspectos jurídicos, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros que extrapolem a alçada deste órgão consultivo, como por exemplo, as quantidades de contratações e os respectivos valores cotados, e, aqueles que exijam o exercício da competência e discricionariedade administrativa a cargo dos setores responsáveis por emitir suas considerações acerca dos assuntos objeto de averiguação.

É o parecer. À apreciação superior.

Oeiras do Pará/PA, 29 de Setembro de 2022.

GERCIONE MOREIRA SABBÁ
Advogado - OAB/PA 21.321



ROGELIO RELVAS D'OLIVEIRA
Advogado - OAB/PA 19.225